



BALANÇO DA PGR ATÉ OUTUBRO

Suspeitas bloqueiam 2 mil milhões de euros

MONTANTE Indícios de branqueamento de capitais travam 518 operações bancárias em Portugal
JUSTIÇA Procuradora defende “asfixia financeira” para quem obtém lucros através do crime

RAQUEL OLIVEIRA

Quinhentas e dezoito operações foram suspensas em Portugal, entre janeiro e outubro, devido a suspeitas de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo. No total, foram travadas operações bancárias no valor de 2,1 mil milhões de euros, revelou ontem a procuradora-geral da República (PGR), Lucília Gago.

O valor ‘congelado’ refere-se a operações avaliadas em várias moedas: 751 milhões de euros, a que se somam 1665 milhões de dólares americanos (1447 milhões de euros) e 560 mil libras esterlinas (663 mil euros), concretizou Lucília Gago. Estes valores são “consideravelmente superiores aos registados no correspondente período homólogo”, sublinhou a PGR.

Recorde-se que há um conjunto alargado de agentes económicos, desde entidades bancárias a imobiliárias, passando por joalherias, que têm obrigação de alertar as autoridades para operações suspeitas, para além do simples reporte. As imobiliárias, por exemplo, são obrigadas a comunicar transações acima de 15 mil euros e os stands de automóveis as de valor superior a 50 mil euros.

No total, segundo revelou Lucília Gago numa conferência em Lisboa, nos dez primeiros meses do ano, o Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP) recebeu 7019 comunicações sobre operações suspeitas. “É indispensável asfixiar financeiramente todos os que encontram no crime a forma exclusiva de obter lucro”,



Empresas do setor imobiliário e stands de automóveis estão entre grupos obrigados a comunicar indícios suspeitos

sublinhou a procuradora.

“A Procuradoria-Geral da República está particularmente empenhada em incentivar os mecanismos de recuperação de ativos e o confisco dos benefícios económicos gerados pelo crime como elemento essencial na luta contra a corrupção e o crime económico em geral”, afirmou Lucília Gago. O objetivo, afirmou, é garantir que o “crime não compensa”.

NOTÍCIA EXCLUSIVA DA EDIÇÃO EM PAPEL



Recuperar dinheiro dos crimes para o Estado

A Procuradoria-Geral da República vai formar magistrados no âmbito da recuperação dos bens ou valores obtidos de forma criminoso. No ano passado foram criadas condições para a recuperação de cerca de 11 milhões de euros a favor do Estado, mas Lucília Gago con-



PGR Lucília Gago divulgou dados

sidera que este valor pode aumentar. O primeiro curso – que tem início previsto para março de 2020 – estende-se até 2022.